

da formação ao golpe de 2016, elementos para análise

*'PARTIDO DOS TRABALHADORES':
elements for analysis, from the formation to the coup of 2016*

**EL PARTIDO DE LOS TRABAJADORES:
elementos para análisis desde su formación hasta el golpe de 2016**

DEBATES

Rogério Gimenes Giugliano

Doutor em Sociologia
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)
Brasil
rogerio.giugliano@gmail.com

Jacques de Novion

Doutor em Estudos Latino-Americanos
Universidade de Brasília (UnB)
Brasil
jacques.novion@gmail.com

Texto recebido aos 08/08/2018 e aceito para publicação aos 30/12/2018

Resumo:

A partir dos debates estabelecidos no seminário "A esquerda no presente: Diálogos América Latina e Europa", realizado na Universidade de Brasília em outubro de 2017, este texto apresenta elementos para análise sobre o Partido dos Trabalhadores no Brasil, da formação ao golpe de 2016.

Palavras-chave: esquerdas mundiais. disputas políticas. Partido dos Trabalhadores. América Latina. Brasil.

Resumen:

A partir de los debates establecidos en el seminario "La izquierda en el presente: Diálogos América Latina y Europa", realizado en la Universidad de Brasilia en octubre de 2017, este texto presenta elementos para análisis sobre el Partido de los Trabajadores en Brasil, de la formación al golpe de 2016.

Palabras clave: izquierdas mundiales. las disputas políticas. Partido de los Trabajadores. América Latina. Brasil.



Abstract:

From the debates established at the seminar "The Left in the Present: Dialogues Latin America and Europe", held at the University of Brasília in October 2017, this text presents elements for analysis on the Workers' Party in Brazil, .

Keywords: world lefts. political disputes. Workers Party. Latin America. Brazil.

O Partido dos Trabalhadores (PT) é a maior¹ partido político de esquerda do Brasil e, mesmo, da América Latina. Conta com 1.583.000 eleitores filiados e possui a maior bancada parlamentar na Câmara dos Deputados.² O PT tem uma trajetória e estrutura singular na constelação partidária brasileira e poucos paralelos quando comparado com os formatos de organização dos partidos progressistas na América Latina.

A caminhada do partido vitoriosa em direção à Presidência do Brasil, os feitos alcançados ao longo de 12 anos de poder nacional e a queda ocorrida em 2016 fazem parte de um quadro histórico-sociológico complexo e muitas vezes contraditório. Em pouco tempo de existência, o PT alcançou a Presidência da República, conquistou uma sólida base social e, ao longo de quatro gestões nacionais, governou ancorado em um projeto de combate à pobreza e à desigualdade. Para tal, confiou em um desenvolvimentismo de conciliação de classe, em que elementos da ortodoxia neoliberal implementados por governos anteriores foram entrelaçados com políticas sociais, investimentos em infraestrutura e uma aposta em uma maior inserção internacional do Brasil e na intensificação cooperação Sul-Sul. O sucesso dessa

fórmula parece ter alcançado um limite societal e uma intensa reação das elites nacionais que culminou com o golpe jurídico-parlamentar de 2016.

Mesmo após os eventos de 2016/2017, o partido segue no centro de uma disputa política iniciada com o golpe jurídico-parlamentar e permanece como a principal força progressista no cenário político brasileiro. Esse conflito político transcorre em um momento histórico complexo de ascensão mundial da extrema direita, que no caso brasileiro, flerta com elementos profascistas. Um cenário que alguns autores têm chamado de “fase autoritária do neoliberalismo” em que assistimos a desvinculação das elites do capital com o projeto democrático liberal. A atuação política e econômica do PT está conectada com os novos modelos de integração e segurança na América Latina e a disputa hegemônica sobre a macrorregião desde o Norte Global. Por estes motivos, a história do partido é relevante e pode contribuir para uma avaliação crítica da esquerda no Sul Global e das possibilidades e fraquezas de um projeto democrático transformador em sociedades do Sul global com economia dependente e poder político oligopolizado.

¹ Dados de 2016, disponíveis em : <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Maio/tse-disponibiliza-dados-sobre-filiados-a-partidos-politicos-no-brasil>>.

² Mesmo após o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e as eleições de 2018 realizada sobre as sobras desse processo o PT permanece como o partido de maior bancada na Câmara dos Deputados.

a) Fundação

A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) está vinculada ao processo histórico e político brasileiro, latino-americano e global da segunda metade do século XX. A partir da década de 1980, a América Latina e o Caribe passaram a vivenciar um novo binômio de Integração-Segurança³ (Novion, 2014), ou seja, uma nova organização da doutrina hegemônica que se difunde pelo continente.

Essa nova etapa coincide com a ascensão do neoliberalismo no Norte e no Sul Global e substitui as relações que marcaram as décadas de 1950 e de 1980 que, em linhas gerais, estavam calcadas no anticomunismo e nas disputas bipolares. Durante etapas anteriores, as diversas políticas integração regional foram implementadas pelos Estados Unidos da América, difundindo-se em diferentes fluxos hegemônicos pelo continente (Giugliano, 2015) e atingindo os diferentes países de acordo com suscetibilidades políticas e econômicas de cada nação.

É importante também lembrar que a macroregião latino-americana chega a década de 1980, mesmo momento em que PT se constitui, quase sem história democrática, mesmo em termos limitados oferecidos pela democracia burguesa. A maioria dos países está, em diferentes medidas, organizada em economias dependentes derivadas do sistema colonial e mantidas por modelos políticos

oligopolizados por elites subalternas aos interesses hegemônicos do Norte global. Um indicador desse quadro é o fato de que no século XX a região viveu duas grandes ondas autoritárias. A primeira ocorreu, entre as décadas de 20 e 50, quando a região testemunhou ditaduras como as de Anastásio Somoza no Paraguai, Jorge Ubico na Guatemala, Omar Torrijos no Panamá, Fulgencio Batista em Cuba, Papa Doc no Haiti, Getúlio Vargas no Brasil, entre outros. Já entre as décadas de 60 e 90, nota-se a proliferação das juntas militares e ações integradas internacionais, por meio de ditaduras civil-militares em todo o cone-sul do continente. (Boesner, 1996; Calloni, 2002; Rosenmann, 2013).

É nesse segundo contexto de autoritarismo e cerceamento de liberdades impostas ao Brasil com o golpe civil-militar de 1964 que surge o Partido dos Trabalhadores. Mais precisamente, o PT é fruto do contexto da segunda metade da década de 1970, momento em que o Brasil vivia a desarticulação da luta armada no país, a clandestinidade dos partidos de esquerda, o endurecimento da repressão e o agravamento da situação econômica com a crise mundial do petróleo. Essas condições permitiram a intensificação da oposição ao regime, mas exigiram uma nova estratégia de luta. O Partido nasce empunhando a bandeira da abertura democrática do país, em substituição ao confronto armado direto que havia fracassado como modelo de enfrentamento com as elites subalternas

³ O Binômio de Integração-Segurança apresenta cinco distintos momentos, que marcam as relações entre a hegemonia estadunidense e o restante do continente. 1. Pan-americanismo – Diplomacia do dólar ou política do garrote (Big Stick); 2. Inter-americanismo – Doutrina da Boa Vizinhança; 3. Inter-americanismo – Doutrina

Contra-insurgente; 4. Aliança para o Progresso – Doutrina Anticomunista; e a atual 5. Neoliberalismo – Doutrina Anti Narcoterrorismo. A temporalidade e espacialidade de cada período depende das particularidades de cada país. (Novion, 2014)

entrincheiradas no Estado e financiada por aliados externos.

Diversos setores foram protagonistas dessa nova etapa da luta por direitos civis e políticos no país. Entre eles destaca-se o movimento camponês, sindical, estudantil e a ala progressista da Igreja Católica. Um marco neste processo de luta democrática foram as greves convocadas pelo movimento operário no cinturão industrial de São Paulo, ao final da década de 1970⁴. Os trabalhadores das fábricas automotivas mobilizaram-se contra a precarização laboral e o regime autoritário e, como resultado, materializou-se uma nova organização sindical, que rompia com o sindicalismo patronal vinculado à ditadura, bem como com as organizações e partidos da esquerda tradicional que se encontravam na clandestinidade. Surgia o chamado Sindicalismo Autêntico (ou novo sindicalismo), que protagonizou a convergência das lutas políticas setoriais com a agenda democrática para o país.

É nesse contexto particular das greves do ABCD que surgem novos protagonistas políticos⁵, que até hoje se encontram na liderança do Partido dos Trabalhadores (Aarão Reis, 2007). Naquele momento, o sindicalismo autêntico confluiu demandas por democracia e abertura política com luta contra as precárias condições de vida, estagnação e crise econômica em que o Brasil se encontrava na última década da ditadura civil-militar.

Gesta-se então uma unidade política de diferentes setores da sociedade em forma de um partido político que 23 anos depois chegou a presidência da república. O primeiro partido de esquerda a ser diretamente eleito para governar o Brasil desde a independência.

A fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), segundo Lincon Secco (2011), baseou-se em um tripé fundamental: o novo sindicalismo, os setores progressistas da Igreja Católica e remanescentes dos movimentos clandestinos de resistência à ditadura. Apesar desses terem sido os grupos mais numerosos no momento da fundação, foi relevante também a participação do movimento camponês, intelectuais de esquerda ligados à Universidade de São Paulo e Campinas e, também, o movimento estudantil.

Assim, em sua formação, o PT deve ser entendido mais como uma frente ampla de movimentos sociais do que uma organização partidária tradicional. A aglutinação de diversas correntes de pensamento permitiu a construção de um partido ativo, de intenso debate interno organizado em ‘Núcleos de Base’⁶ e correntes e tendências internas.

Naquele momento, em termos mais amplos, a situação do conflito social brasileiro exigia ao campo da esquerda um novo projeto intelectual-político-social.

⁴ As greves do ABCD paulista (1978, 1979 e 1980), referente a região industrial metropolitana de São Paulo, composta pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema

⁵ José Cicote (presidente do sindicato de metalúrgicos de Santo André), Henos Amorina (presidente do sindicato de metalúrgicos de Osasco), Paulo Skromov (sindicato dos coureiros), Jacó Bitar (petroleiros de Campinas),

Olívio Dutra (bancários de Porto Alegre, entre outros. (Aarão Reis, 2007, pg 02).

⁶ Os Núcleos de Base constituíam a forma de organização na base do partido, onde seus militantes se mantinham organizados de forma permanente. Nestes espaços se debatia sobre a realidade conjuntural, se definiam posições e propostas, além de importante canal de formação, informação, atuação e ação cotidiana.

Diante do fracasso do movimento armado de confronto direto com elites nacionais, protegidas pela estrutura de repressão da ditadura civil-militar, o PT surgiu como uma aposta nos movimentos sociais organizados como fundamento da pressão por abertura e, também, como estratégia de poder, sob influência de reflexões sociológicas e estratégicas de autores como Florestan Fernandes⁷, no qual a burguesia nacional não era vista como uma força modernizadora como no caso europeu. Essa contradição era percebida por Fernandes como uma das principais condições do subdesenvolvimento, uma vez que na América Latina a burguesia se mostrava avessa às transformações sociais e aliada das elites tradicionais aristocráticas. Diante disso, o caminho do desenvolvimento e justiça social só poderia ser alcançado pela pressão dos movimentos populares, pois a aliança entre burguesia e trabalhadores que fundaram a modernidade europeia não poderia se repetir nos países de economia dependente. Diante dessa perspectiva, o PT se constituiu como um projeto de luta pelo poder institucional e serviria como anteparo entre a elite tradicional e os movimentos sociais em busca do desenvolvimento nacional.

O PT pode descerrar esse espaço político, inserindo nos entrechoques a junção de raça e classe. E assim por diante

– a cada movimento social correspondem funções defensivas e ofensivas, desde que o partido que pode fundir as formas de frustração e as necessidades de mudança se desincumba de suas tarefas históricas.⁸

Neste período, o Partido iniciou sua atuação efetiva e passou a incorporar importantes setores da sociedade brasileira na luta pela democracia. Em paralelo, ocorreu a criação de outras entidades ligadas aos trabalhadores como a Central Única dos Trabalhadores - CUT (1983) e a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT (1986), um sinal da reorganização mais ampla que o movimento popular vivia naquele momento. A chamada redemocratização lenta e gradual⁹ do país permitiu o registro do PT na justiça eleitoral (1983). No ano seguinte, o partido integrou a frente suprapartidária que liderou o Movimento pelas Diretas Já, que acabaram por se realizar somente em 1989.

Nessa década de construção (1980), o PT ganhou rapidamente terreno político e social. Fortaleceu-se em diversos setores, como entre os estudantes, profissionais liberais, funcionários públicos, donas de casa, empregadas domésticas, entre outros, consolidando sua condição de movimento de massas. No campo político, começou a acumular conquistas eleitorais locais e regionais.¹⁰

⁷ Sociólogo marxista heterodoxo, considerado um dos fundadores da sociologia acadêmica brasileira e da teoria da dependência. Foi também fundador do Partido dos Trabalhadores, deputado constituinte e federal pela legenda.

⁸ Trecho de texto produzido pelo próprio Florestan Fernandes para o PT.

⁹ Lenta e gradual era o modelo sustentado pelos setores militares que diante da pressão social pelo fim da ditadura buscavam um formato ameno de retorno a democracia. A permissão de organizações progressistas e a anistia são sintomas desse movimento. Este grupo de

militares que defendiam a transição “lenta e gradual” enfrentavam setores mais radicalizados que propunham um aprofundamento da repressão diante do movimento democrático,

¹⁰ Gilson Menezes se torna o primeiro prefeito eleito pelo PT, em Diadema (1982). A primeira prefeitura de uma capital brasileira administrada pelo PT, por Maria Luiza Fontenele, em Fortaleza (1985). Lula foi o deputado mais votado para a Assembleia Nacional Constituinte (1986). A eleição de Luiza Erundina para prefeitura da cidade de São Paulo (1988), entre outras, que consolidam sua atuação no âmbito

A construção do PT alcança significado particular com as primeiras eleições diretas para presidente (1989), pleito que ocorre em contexto de hiperinflação, de estagnação econômica, elevada dívida externa, e, conseqüentemente, com altos índices de pobreza, miséria e concentração de renda. Diante desse cenário, o PT - então com apenas 9 anos de existência - alcança o segundo turno da eleição presidencial e ascende ao centro da disputa política nacional como parte da re-acomodação das relações e disputas pelo poder no cenário pós-ditadura.

A candidatura do Partido dos Trabalhadores encabeçada por Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, aglutinou na Frente Brasil Popular boa parte das forças progressistas e partidos das esquerdas nacionais. Apesar da derrota, o PT saiu dessa eleição com uma base social ampliada, com capacidade de mobilização e com um projeto coletivo para Brasil baseado nas experiências na administração pública e nas ideias trazidas por intelectuais e movimentos sociais.

Segundo Secco (2011) essa fase inicial de surgimento e consolidação do PT é composta por dois momentos. Um primeiro, que ele denomina de formação, ocorreu entre os anos 1978 e 1983. O segundo momento, que ele denomina de oposição social, deu-se entre os anos de 1984 e 1989. Ao longo desse período, o partido posicionava-se na sociedade brasileira como alternativa a organização política, tanto das forças das elites econômicas quanto da esquerda tradicional.

A partir desse momento, o PT passou a aumentar consistentemente sua bancada legislativa e portfólio de governos locais. Essa inserção crescente na vida política institucional trouxe mudanças profundas ao Partido dos Trabalhadores. De acordo com Secco, foi essa transição que levou o PT de uma oposição social a uma oposição parlamentar que, juntamente com as exigências advindas das transformações do contexto histórico, recharacteriza o partido.

b) a Institucionalização

O contexto da década de 1990 é marcado pelo fim da guerra fria e o avanço continental do neoliberalismo. América Latina e o Caribe são incorporados a esse novo receituário hegemônico, apresentado como alternativa para as crises econômicas hiperinflacionárias da região. Essa política impôs importantes mudanças societárias ao projeto capitalista hegemônico, entre elas: a fragmentação do conceito de segurança em uma agenda que des-ideologiza, des-personaliza, des-caracteriza e des-identifica os inimigos a combater. Nesse período, nota-se também o surgimento da doutrina anti-narcoterrorismo, ainda em vigor na atualidade, produtora de inimigos, que criminaliza as vozes críticas e movimentos sociais, na qual problemas políticos são transformados em crimes comuns. (Messari, in Gomez, 2004; Ceceña, 2004 e 2006; Novion, 2014)

Nessa década, o Partido dos Trabalhadores continua sua ascensão eleitoral e se estabelece como principal oposição parlamentar contra o avanço do neoliberalismo no Brasil. Esse processo de

inserção nas instituições formais de poder, ao mesmo tempo, fomentou um conjunto de transformações internas e se constituiu como preparação necessária para a ascensão ao poder nacional.

A institucionalização não foi aceita da mesma forma por todos os grupos internos e encontrou resistência, gerando um profundo debate ideológico e divisões. Sem deixar de reconhecer a multiplicidade de teses partidárias apresentadas pelas diversas tendências internas, duas orientações gerais podem ser identificadas. Por um lado, uma ala moderada, defensora da institucionalização e de orientação socialdemocrata, propositora de uma estrutura hierárquica interna mais verticalizada e redução do poder dos núcleos de base na estrutura do partido. Por outro lado, uma parte minoritária do partido, defensora do fortalecimento dos princípios fundacionais do partido, uma orientação socialista clara e o fortalecimento das estruturas de base do Partido. O grupo majoritário, liderado por Lula e José Dirceu¹¹, cientes da necessidade de aumentar a base eleitoral para a chegada à presidência da república, ganha a disputa e aprofunda o processo de institucionalização do partido.

As radicalizações das disputas internas geraram fraturas profundas no partido. Indicadores desse processo, foram a expulsão de correntes políticas socialistas

e a gradual desarticulação dos núcleos de base. Com isso, rompeu-se a estrutura interna horizontal democrática construída na formação do PT e promoveu o reordenamento os mecanismos decisórios. (Harnecker,1994).

Desta forma, o PT migra da ação direta e da democracia participativa - oposição social - para uma atuação voltada para os grupos mais amplos e desorganizados da sociedade brasileira. O partido se insere cada vez mais na disputa institucional em busca de maior representatividade eleitoral – oposição partidária. Essas fraturas resultaram em um processo de desradicalização do partido, em que o discurso, ideias e propostas se adequavam ao conservadorismo da sociedade brasileira e eram palatáveis ao conjunto da sociedade, ainda afetadas pelo medo e pelas propagandas da guerra fria.

O final da década de 1990 e início dos anos 2000 expuseram a macrorregião da América Latina e Caribe às consequências negativas da difusão do neoliberalismo. As crises de balança de pagamento, o crescimento da pobreza e o aumento da desigualdade¹² atingiram em diferentes intensidades a maior parte dos países da região. Esse cenário de crises fortaleceu as demandas populares e impactou profundamente os movimentos sociais que passam a elaborar e propor ‘projetos nacionais’ alternativos a partir de

¹¹ Líder político e membro fundador do PT, José Dirceu compõem lugar particular na história recente da vida política brasileira. Oriundo do movimento estudantil na década de 1960, figura como importante líder estudantil na luta contra a ditadura civil-militar. Passou pela clandestinidade, prisão, ação armada, fez parte do grupo de presos políticos libertados em troca do embaixador Charles Burke Elbrick (1969). No retorno democrático se converte em um dos principais deputados em atividade no

parlamento e ocupa o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil durante o governo Lula. Foi envolvido em processos de corrupção, condenado e recentemente passou a cumprir prisão domiciliar, embora pesem muitos questionamentos incluindo ausência de provas.

¹² No caso do Brasil, esse cenário é herdado da era Cardoso (1995-2002), onde aproximadamente 30 milhões de pessoas se encontravam na indigência

perspectivas setoriais. No caso brasileiro destaca-se o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra(MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), os movimentos de afrodescendentes, quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Na esfera internacional, esses novos movimentos começam a interagir com a mundialização da luta social e passam integrar fóruns internacionais que os aproximaram de movimentos globais heterodoxos, confluindo em Redes e Movimentos Transnacionais. O Fórum Social Mundial, a Cúmbre de los Pueblos, o Foro de São Paulo e a Via Campesina conformam alguns exemplos. (Ceceña, 2004 e 2006; Porto-Gonçalves,2006)

Essas estruturas permitiram um importante acúmulo crítico global diante da contínua imposição da política hegemônica para a macrorregião. Dessa forma, constitui-se uma oposição supranacional contrária ao modelo de integração hegemônica de ordem unilateral impulsionado desde o Norte global, tais como a Área de Livre Comercio das Américas (ALCA), Planos Dignidade, Colômbia (I e II), Puebla-Panamá, México, Peru, Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA), Iniciativa Mérida, entre outros. (Novion, 2014)

O momento de institucionalização resulta em um PT mais inserido no sistema eleitoral brasileiro e, ao mesmo tempo, mais internacionalizado por influência dos movimentos sociais que ainda o compunham. Além disso, pode-se perceber uma diferenciação interna entre os membros do PT, por um lado uma cúpula decisória, formada pelas lideranças eleitorais, por outro a base social ligada aos movimentos sociais. Essa distinção se

manteve nos anos subsequentes, garantindo uma conexão entre partido e movimento, embora em uma relação menos democrática.

O movimento de institucionalização permitiu uma maior inserção do partido na realidade e no imaginário da sociedade, forjada pelas experiências em prefeituras, governos estaduais e pela ampliação de bancadas do partido no Legislativo. Esse processo de transformação condicionou e preparou gradualmente o PT para a chegada ao poder nacional.

c) O poder nacional

O Partido dos Trabalhadores, em seus atuais 38 anos de fundação, participou com candidaturas próprias de todas as eleições presidenciais diretas desde o fim da ditadura. De 1989 à atualidade, ocorreram sete processos eleitorais para Presidência da República. Em todos eles o partido lançou candidatos, encabeçando alianças entre diferentes forças políticas.

Apesar da ampliação da base social resultante da institucionalização, uma nova derrota eleitoral para a presidência da república em 1998 exigiu mudanças ainda mais profundas no PT para a consolidação do projeto de poder sobre o qual o partido surgiu. A percepção das lideranças partidárias daquele momento, em especial o grupo majoritário liderado por Lula, era de que para atingir uma vitória nacional era preciso expandir ainda mais o eleitorado do partido para além de sua base social. Seria necessário alcançar setores mais conservadores da população brasileira e parte da elite nacional aberta a um projeto de desenvolvimento menos vinculado a ortodoxia neoliberal subalterna aos interesses do norte global.

Além disso, o sistema político brasileiro, apesar de presidencialista, delega muita força ao poder legislativo e, portanto, demanda a formação de maiorias sólidas para viabilizar o exercício da governabilidade. Como o voto no Brasil não apresenta altos índices de vinculação ideológica¹³ e existe uma enorme multiplicidade de agremiações políticas¹⁴ é muitas vezes necessário aos ocupantes de cargos executivos agregar partidos que representam outros grupos sociais em sua base parlamentar. A governabilidade que passou a ser discutida naquele momento foi um dos maiores desafios que perpassou os governos do PT, como afirma Hernan Bruera, os governos nacionais do PT.

“El Dilema de gobernabilidad que enfrentó Lula - definido como la necesidad de equilibrar los intereses en conflicto que se producen entre actores estratégicos, tanto aliados como adversarios -” (Bruera: 2015, 20p.)

Se, como afirma Bruera, “Los academicos consideran que alcanza un grado razonable

de gobernabilidad cuando los intereses de diferentes grupos están suficientemente representados en relación con su poder, de modo al tal que se presupone una cierta legitimidad social.” (Bruera: 2015, 61p.). Portanto, a necessidade do aumento da base eleitoral e de garantir a governabilidade empurraram o PT mais adiante em direção a desradicalização e a conciliação com setores da elite conservadora brasileira. Esse processo foi, ao mesmo tempo, alavanca para obter o poder nacional e um dos motivadores do golpe de 2016.

Entre 1989, primeira candidatura de viés mais radical, e 2002, candidatura que leva o PT a ascender ao comando do país, pode-se verificar a construção pelo partido, por meio das políticas de coligações, de um projeto político de conciliação de classes, e de aproximação, igualmente, de setores evangélicos neopentecostais¹⁵. Com esse primeiro sucesso eleitoral e com a popularidade ascendente de Lula e do PT, o partido, durante seus governos, seguiu expandindo sua estratégia de conciliação com às elites tradicionais¹⁶.

¹³ Com isso nos referimos ao fato de que os eleitores brasileiros em larga escala não votam nas mesmas forças políticas para o legislativo e para o executivo nacional. Existem muitas hipóteses sobre as causas deste comportamento eleitoral do brasileiro entre as principais se encontram o personalismo da cultura política do país, a des-ideologização dos eleitores e o caráter regionalista do interesse que rege o voto legislativo e a perspectiva nacional que organiza a lógica da eleição presidencial.

¹⁴ No sistema político brasileiro por conta das regras eleitorais, a possibilidade de coligações em eleições proporcionais e a ausência de barreiras percentuais de representatividade e fidelidade partidária gera um quadro de uma incrível multiplicidade de partidos na Câmara e no Senado federal. Para se ter uma ideia, na última legislatura (2014-2018) a Câmara dos Deputados conta com 28 e o Senado com 15 partidos políticos. Na nova legislatura (2019-

2022), a Câmara dos Deputados conta com 30 e o Senado com 21 partidos políticos. Sobre a Câmara de Deputados, ver: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564009-PT-E-PSL-ELEGEM-AS-MAIORES-BANCADAS-DA-CAMARA-DOS-DEPUTADOS.html> (visitado em 28/12/2018).

Sobre o Senado, ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/composicao-do-senado-salta-de-15-para-21-partidos-em-2019> (visitado em 28/12/2018).

¹⁵ O vice-presidente na coligação que levou ao primeiro êxito presidencial era um vinculado aos grupos neopentecostais.

¹⁶ No Brasil, parte significativa das elites tradicionais que exercem seu poder nacional a partir da força que possuem nos espaços da política local se encontram no PMDB. A aproximação desse partido ao PT levou a estes

Ao assumir a Presidência da República, o PT recebeu uma dupla “herança maldita”¹⁷. Por um lado, crise neoliberal causada pelo enxugamento do Estado, desprezo às políticas sociais, o avanço das privatizações, a entrega do patrimônio nacional, o desmantelamento dos serviços públicos de saúde e educação, altos índices de desemprego e de endividamento. Um quadro que teve como principal consequência o aumento da miséria, da pobreza, desigualdade e exclusão social. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores herdou também os problemas já crônicos da sociedade brasileira que permaneceram sem solução durante os governos neoliberais de Collor e Cardoso: a elevada concentração de terra, índices de desigualdade e Gini entre os piores do mundo, intenso conflito social no campo, altos índices de violência de classe, raça e gênero, falta de perspectiva de futuro, desigualdade regional, entre outros.

Esse cenário não se restringe ao caso brasileiro, a crise do neoliberalismo deixou sintomas semelhantes por toda a América Latina e o Caribe, como nos casos da Argentina após Carlos Menem, do Peru após Alberto Fujimori, ou do México após Salinas de Gortari. Todos governos resultantes do chamado neoliberalismo democrático, que se propunha ascender ao poder por meio de processos eleitorais com uma agenda democrática.

Assim, o PT chega ao poder após uma reformulação interna que chamamos aqui de institucionalização, somada a uma política mais ampla de alianças para garantir a base eleitoral necessária para

chegar à presidência e uma base parlamentar para garantir a governabilidade e, tudo isso, diante de um momento de intensa crise econômica provocada pela implementação do neoliberalismo no país.

Pode-se afirmar que o PT promove em seus governos uma renovação de sua estratégia de frente ampla. Essa ampliação exigiu, durante os 12 anos de gestão petista a manutenção do governo de balanceamento entre uma política de desenvolvimento nacional que beneficiava a elite brasileira e a implementação de políticas sociais de valorização do salário mínimo e transferências de renda que reduziram os índices de desigualdade e pobreza no país. (IPEA, 2012)

Essa estratégia de conciliação gerou muitas críticas entre os setores e movimentos mais progressistas da sociedade brasileira. A principal questão feita as gestões petistas denunciava que este formato de governo não estaria produzindo transformações estruturais na organização produtiva e social no Brasil. Como podemos perceber na avaliação de Bruera:

Como han señalado diversos académicos, el gobierno de Lula no logró establecer mecanismos participativos de base amplia y largo alcance comparables a los que el partido puso en marcha a nivel subnacional, apartandose así del llamado ‘modo petista de gobernar’. Los logros sociales obtenidos por Lula no sólo se prudujeran sin amenazar ‘intereses privilegiados’ ni el orden existente, sino tampoco se registraran niveles significativos de movilizacion social. (Bruera: 2015, 34p.)

assumirem a vice-presidência nas gestões de Dilma Rousseff

¹⁷ Termo utilizado por Lula para definir as condições econômicas e sociais do Brasil no

momento em que toma posse na Presidência da República.

Durante o governo, o elo entre base social e base parlamentar foi quebrado. Isso se deu, entre outras coisas, pela incorporação das principais lideranças dos movimentos sociais e dos próprios movimentos sociais nas instâncias governamentais do Estado brasileiro. O resultado desse movimento foi a diminuição da militância na base da sociedade brasileira. De forma dialética, a participação dos movimentos sociais no Estado permitiu o avanço de políticas públicas e, ao mesmo tempo, reduziu a influência e o contato desses movimentos com as parcelas da população não organizada.

O projeto implementado nos governos Lula/Dilma, mantendo suas diferenças particulares, mantiveram uma política de composição governamental híbrida e antagônica. Ou seja, híbrida pela simultaneidade entre ortodoxia economia e políticas sociais, e antagônica, por serem estas contraditórias ao modelo neoliberal. Um modelo econômico de inclinação desenvolvimentista que convivia com elementos neoliberais introduzidos nos governos anteriores. Apesar da manutenção de elementos de política econômica ortodoxa, o Brasil conviveu com a construção e implementação de políticas sociais que acabaram por reduzir a desigualdade social no país gerando forte reconhecimento internacional.

Os chamados governos progressistas (Sader, 2013; Preciado, 2013), apesar das particularidades nacionais, são resultado da crise neoliberal e de um amplo processo de luta e reivindicações dos povos do continente. No entanto, as respostas produzidas parecem variar em intensidade e vai desde o socialismo do século XXI

implementados na Venezuela, Bolívia e Equador até o chamado novo desenvolvimentismo que foi tentado no Brasil.

Desta forma, três aspectos parecem ter marcado os governos do Partido dos Trabalhadores. Primeiro a tentativa constante de manter uma base parlamentar ampla possível incluindo setores que representavam perspectivas político/sociais diversas do partido. Segundo, a utilização de uma estratégia de frente ampla nos quadros do governo que continha membros em altos escalões advindos tanto de movimentos sociais quanto das elites locais gerando um governo extremamente heterogêneo. Por fim, o governo nacional do Partido dos Trabalhadores que procurava manter o balanço de uma política desenvolvimentista favorável ao crescimento nacional sem prejuízos à elite econômica do país e, por outro lado, políticas sociais voltadas ao aumento da renda dos trabalhadores e redução da pobreza.

Com tantos equilíbrios difíceis e marcado por contínuas denúncias e escândalos de corrupção que levaram muitos de seus líderes a prisão, aos poucos a frente ampla de apoio aos governos e projeto nacional do PT se desmorona. Esse processo tem como conclusão o impeachment/golpe da Presidenta Dilma Rousseff (2016).

Esse golpe é parte de um contexto mais amplo pelo qual passa a macrorregião latino-americana. A instabilidade política constante nos países do continente, tanto nos países que optaram por um caminho de maior enfrentamento do neoliberalismo, como é o caso de Bolívia, Venezuela e Equador, quanto daqueles que trilham por um caminho de maior conciliação com as

elites locais em busca de um neoliberalismo menos radical, chegou a um ponto de inflexão em meados da década de 2010. Essa instabilidade tem gerado um profundo desafio à própria democracia liberal e a ressurgência de uma aproximação entre as burguesias locais e a ascensão do autoritarismo. Este momento tem sido denominado de fase autoritária do neoliberalismo (BRUFF, 2014), sendo um fenômeno mundial e reflete o esgotamento do modelo democrático liberal e impõe novos desafios tanto aos movimentos sociais quanto aos partidos políticos a eles ligados.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O QUADRO ATUAL

O Brasil e o Partido dos Trabalhadores se encontram, durante a escrita deste texto, em pleno processo eleitoral no qual onde aflora, de maneira singular, os dilemas pelos quais a sociedade brasileira atravessa – que são amplificados por conta das quebras institucionais e democráticas ocorridas em 2016. Apesar da dificuldade de se analisar com precisão um processo histórico em andamento, algumas questões já podem ser levantadas com o intuito de contribuir com uma análise futura mais completa.

Primeiro, mesmo com o golpe de 2016 o Partido dos Trabalhadores segue como o principal partido de esquerda do Brasil. Nesse sentido, o PT por sua história e, também, pela consolidação das políticas públicas implementadas ao longo de seus governos estabeleceram vínculos profundos com a sociedade brasileira. O apoio consistente do eleitorado, mesmo diante do confronto institucional recente com as

forças da ordem que incluem a mídia oligopolizada, o pendor fascista das classes médias, a justiça elitista e o autoritarismo subalterno das forças de segurança, demonstra o enraizamento do PT na sociedade nacional.

Este quadro e a radicalidade da cisão social pela qual a sociedade brasileira hoje passa, exigirá do Partido dos Trabalhadores posicionamentos que desafiam a postura de conciliação de classes que o partido procurou representar ao longo dos seus governos nacionais. No plano político, isso significará uma nova relação com os movimentos sociais, que vivem um processo de reorganização diante do avanço das forças do autoritarismo e do fascismo. Avanço esse expresso na mudança do discurso e prática do neoliberalismo.

As forças sociais que promovem esse modelo societal, parecem abandonar a fundamentação democrática dos anos 90 e passou a adotar uma posição mais autoritária nas primeiras décadas do século XXI. Essa mudança tem relação com as singularidades do quadro atual, no qual o neoliberalismo e suas intenções hegemônicas desembarcam do discurso construído após a II Guerra Mundial, sustentado na defesa e avanço da democracia liberal estadunidense, em contraposição à ideia de ditadura do proletariado, sustentada pela ex-URSS.

O fim da bipolaridade, o novo binômio de integração-segurança, o triunfalismo capitalista, a consolidação de uma hegemonia planetária unilateral, entre outros, promoveram essa mudança. Os interesses e pretensões hegemônicas do capitalismo estadunidense e global não se sustentam mais na defesa da democracia liberal, mas no avanço dos interesses e pretensões das forças hegemônicas do

capital por meio de discursos e práticas autoritárias. São exemplos neste sentido os casos Afeganistão e Iraque.

A ampliação das espionagens em empresas nacionais e governos, o cerco a recursos e riquezas, a desestruturação econômica dos países, a desestabilização de governos eleitos democraticamente, o *lawfare* como caminho para suprimir governos progressistas, o recuo nas leis e nos direitos garantidos nas constituições, as novas tecnologias utilizadas como ferramentas de dominação, a militarização, entre outros, são evidências comuns na América Latina e Caribe dessa nova orientação. Visa-se unicamente manter o controle do processo de produção e reprodução do sistema, por meio de privilégios determinados a pequenos grupos econômicos e elites locais. (CHAMAYOU, 2015 KORYBKO, 2018 CECENA, 2004 MIGUEL, 2018).

Certamente se encontram exemplos variados, com graus de implementação distintos, em nossa macrorregião. Os golpes em Honduras, Paraguai e Brasil, assim como as tentativas frustradas na Venezuela, Equador e Bolívia são exemplos dessas particularidades. No plano internacional, esse cenário exigirá do Partido dos Trabalhadores uma nova e mais radical perspectiva quanto a importância das relações estratégicas com o restante da América Latina e Caribe, e em um quadro mais amplo com todo esforço de consolidação das relações sul-sul.

No caso brasileiro, a riqueza de exemplos e evidências produzidos nos últimos anos dão mostra da complexidade e

da velocidade com que o autoritarismo tem sido implementado. Após dois anos do golpe contra o governo do PT e com as eleições atuais (2018) encerradas, observa-se o avanço acelerado dessa nova orientação autoritária do neoliberalismo. São evidências nesse sentido a vitória de uma candidatura de ultradireita a derrota expressiva dos neoliberais democráticos¹⁸, o crescimento dos discursos e práticas de ódio, intolerância e perseguição às minorias sociais, a desregulamentação das leis trabalhista, a privatização da educação e saúde, a entrega do patrimônio nacional - como as reservas do Pré-sal, parcelas do território amazônico, a empresa Embraer-, entre outras. Tais exemplos são indicadores do afastamento das elites locais em relação aos preceitos da democracia liberal e uma aliança com as forças políticas e sociais vinculadas ao autoritarismo.

Mesmo nesse cenário obscuro, de golpe e anormalidade institucional no Brasil, o Partido dos Trabalhadores disputou as eleições presidenciais, atravessando todo tipo de artimanha jurídica, incluindo a prisão de Lula, e polarizando a disputa com a ultradireita. O PT, mesmo contra todas as adversidades, alcançou expressiva votação presidencial, bem como elegeu a maior bancada de deputados federais, além de eleger governadores estaduais. Cenário que demonstra a importância e força política do Partido dos Trabalhadores ainda na atualidade, revelando também a importância de seu papel nesse momento ímpar.

¹⁸ Como a inexpressiva votação do partido de Cardoso (PSDB), que alcançou apenas 4% das intenções de voto. O PSDB, que foi o partido

que polarizou com o PT nas últimas seis eleições presidenciais, sai destas eleições com uma derrota contundente.

CONCLUSÃO INCONCLUSIVA

Como já foi afirmado ao início, este escrito não tem a intenção de apresentar conclusões fechadas sobre o Partido dos Trabalhadores, especialmente pois muitas das coisas as quais nos referimos ainda estão em andamento. Mais do que isso, os acordos internacionais firmados entre 2003 e 2014, estão sofrendo um profundo retrocesso nas mãos do governo que assumiu o controle nacional, após o *golpe jurídico-parlamentar* que impediu a permanência da presidenta Dilma Rousseff.

O novo governo eleito para o período 2019-2022 também mantém a mesma perspectiva de retrocessos e, mais que isso, promete avançar de forma mais profunda e radical. Situação que coaduna com a orientação autoritária do neoliberalismo atual, perceptível na agenda de privatizações em todos os setores, incluindo estratégicos; na criminalização das esquerdas, dos movimentos e minorias sociais; na militarização da vida, com maior presença militar no governo desde a redemocratização; na desregulamentação e fim dos direitos trabalhistas e de aposentadoria; na mudanças das leis de porte de armas e maioridade penal; na redução ou fim das reservas indígenas; no avanço do desmatamento e ocupação e exploração da Amazônia; entre outros. Nesse cenário obscuro, de incerteza sobre o futuro, o Partido dos Trabalhadores, assim como as esquerdas no Brasil, devem importante atuação de resistência aos ventos autoritários.

Referências Bibliográficas

AARÃO R, D. *O Partido dos Trabalhadores - Trajetória, Metamorfose e Perspectivas*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>

BOESNER, D. 1996 *Relaciones Internacionales de América Latina: Breve historia*. Venezuela: Nueva Sociedad.

BRANFORD, S. & Kucinski, B., 1995. *Brazil, Carnival of the Oppressed*, The Latin American Bureau / Russel Press.

BRUERA F. G. B. 2015 *El Partido de Los Trabajadores y El Dilema de la Gobernabilidad en Brasil*. México, Fondo de Cultura Economica

BRUFF, I. (2014) *The Rise of Authoritarian Neoliberalism, Rethinking Marxism*, 26:1, 113-129, DOI: 10.1080/08935696.2013.843250

CALLONI, S. 1999. *Operación Cóndor Pacto Criminal*. La Jornada Ediciones. Buenos Aires.

CECEÑA, A. E. 2004. *Hegemonías y Emancipaciones en el siglo XXI*. Colección Grupos de Trabajo. Clacso Libros. Buenos Aires.

_____. 2006. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Clacso Libros. Buenos Aires.

CHAMAYOU, G. 2015. *Teoria do Drone*. Cosac Naif: São Paulo.

CHAVEZ, D., 2007. *Hacer o no hacer: los gobiernos progresistas de Argentina, Brasil y Uruguay frente a las privatizaciones*. *Nueva Sociedad*, (207), pp.63–79.

DUSSEL, E., 1992. *1492 El Encubrimiento Del Otro*, Nueva Utopia.

DUSSEL, E., 2012. *Transmodernity and Interculturality*. *TranModernity*, pp.1–33.

- DUSSEL, E.D., 1994. Historia de la Filosofía y Filosofía de la Liberación, Siglo XIX.
- DUSSEL, E.D., 2006. Globalization, Organization and the Ethics of Liberation. *Organization*, 13(4), pp.489–508.
- FERNANDES, F. 2005. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Globo, São Paulo.
- FERNANDES, F. 2010 *Leituras e Legados*. Global, São Paulo.
- GARCIA, M. A 2008b *Nuevos gobiernos en América del Sur*. revista NUEVA SOCIEDAD No 217, septiembre-octubre de 2008
- GARCIA, M. A. 2008a *A Opção Latino-Americana*. Interesse nacional – abrII/junho 2008
- GIUGLIANO, 2017 Espacialidade e desenvolvimento notas de uma subversão epistemológica. In: Rosales, M et Ali. 2017 Clacso, Buenos Aires.
- GOIRAND, C., 2014. The Worker’s Party, from Contention to Public Action. *Journal of Politics in Latin America*, 6(3), pp.95–127.
- GOLDSTEIN, A.A., 2016. Los Gobiernos De Hegemonía Del Partido De Los Trabajadores (PT) Y Los Medios De Prensa. *Estudios Políticos (Medellín)*, (48).
- GUIDRY, J., 2003. Not Just Another Labor Party. *Labour Studies Journal*, Spring, pp.83–108.
- HARNECKER, M. 1994 O Sonho era Possível: a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas. Casa América Livre. São Paulo.
- HUNTER, W 2010 *The Transformation of the Workers’ Party in Brazil (1989-2009)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IPEA, 2012. A Década Inclusiva. Série Desenvolvimento
- KORYBKO, A. 2018. Guerras Híbridas. Expressão Popular: São Paulo.
- MARINI, R M. 1977 *Cuadernos Políticos* n. 12, Ediciones Era, México.
- MARTINS, J. de S. 2016 Do PT das Lutas Sociais ao PT do Poder. São Paulo: Contexto.
- MESSARI, N. 2004 Existe um novo cenário de Segurança Internacional? In GÓMEZ, José Maria. América Latina y el (Des)Orden Global Neoliberal. Hegemonia, contra-hegemonia y perspectivas. CLACSO. Buenos Aires.
- MIGUEL, L. F. Brasil: Post-democracia o neo-dictadura?. Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea , v. 8, p. 77-90, 2018.
- NOVION, J. 2014 *Hegemonía, Integración y Seguridad en las Américas en principios del siglo XXI*. Caxambú: 38o Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)
file:///Users/jacquesnovion/Downloads/JacquesNovion_Hegemonia%20(1).pdf
- OLSEN, J., Koß, M. & Hough, D., 2010. *Left Parties in National Governments* J. Olsen, M. Koß, & D. Hough, eds., London: Springer.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2017a. *Estatuto do Partido dos Trabalhadores*, Fundação Perseu Abramo.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2017b. *Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores*, Fundação Perseu Abramo.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2017c. Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período 1986-88, Fundação Perseu Abramo.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2017d. *Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores*, Fundação Perseu Abramo.

PORTO GONÇALVES, C W. 2006 A
*Globalização da natureza e a natureza da
globalização*. Civilizacao Brasileira. Rio
de Janeiro.

PRECIADO CORONADO, J. 2013
Escenarios posneoliberales frente a la VI
Cumbre de las Américas. Revista
InterNaciones. México: Universidad de
Guadalajara.

ROSENMAN, M R. 2013 *Tiempos de
Oscuridad*. Historia de los golpes militares
en América Latina. Akal.

SADER, E (org). 2013 Lula e Dilma: 10
anos de governos pós-neoliberais no
Brasil. FLACSO Brasil. Boitempo.

SAMUELS, D., 2004. Las Bases Del PT.
América Latina Hoy.

SANTOS, B. de S. & Paula, M.M., 2009.
Epistemologias do Sul, Cortez Editora.

SANTOS, B. de S., 2008. *Conocer desde
el sur*, UNMSM.

SANTOS, M., 2002. *A Natureza Do
Espaço*, EdUSP.

SECCO, L. 2011. *História do PT*. Aliança
Editorial, Cotia-SP.

VIEIRA, R., 2012. O transformismo
petista: considerações acerca das
transformações históricas do Partido dos
Trabalhadores no Brasil. *Memorias:
Revista Digital de Historia y Arqueología
desde el Caribe*, (17), pp.1–58.

ZIBECHI R. 2012 Brasil potencia. *Entre la
integración regional y un nuevo
imperialismo*. Bogotá: Ediciones desde abajo.